

Ato Nacional dia 3 de maio celebra dez anos da greve que mudou o país

Greve de 1995 é um marco da resistência dos trabalhadores

No próximo dia 3 de maio, a categoria petroleira estará comemorando os dez anos da histórica greve nacional deflagrada em 1995. A FUP está indicando a realização de um ato nacional nesta terça-feira com a participação de todos os sindicatos para marcar os 10 anos da greve que marcou a resistência dos petroleiros contra o projeto neoliberal.

A paralisação de 32 dias desmascarou o projeto privatista do ex-governo de Fernando Henrique Cardoso e iniciou a luta pela transformação do país. O XI Congresso Nacional da FUP, que aconteceu nos dias 1 a 3 de julho, em São Paulo, capital, relembrará os dez anos da Greve de 1995 – O marco da derrota do neoliberalismo com o resgate da dignidade dos petroleiros.

Em janeiro de 1995, os petroleiros decidiram, em uma plenária nacional, unificar sua luta contra a redução de direitos e o arrocho salarial com outras categorias do setor público. Em abril daquele ano, após a direção da Petrobrás ter se recusado a cumprir um acordo, os trabalhadores do Sistema Petrobrás aderiram em massa à greve, marcando um processo de

resistência que culminou com a mudança do projeto para a sociedade em 2002.

Em 1995, mais de 90% da categoria cruzaram os braços e pararam as atividades nas refinarias, plataformas, terminais e unidades administrativas da empresa.

Apesar da legitimidade das reivindicações da categoria, o Tribunal Superior do Trabalho julgou a greve abusiva após a sua primeira semana. A categoria não se intimidou nem mesmo quando em 11 de maio saiu a primeira lista de demitidos que incluía o então coordenador geral da FUP, Antônio Carlos Spis, e mais 25 companheiros. A repressão do governo FHC estava apenas começando. Em 31 de maio, a CUT promoveu o Dia Nacional de Solidariedade. “Somos todos petroleiros” foi a palavra de ordem encampada por trabalhadores de todas as categorias em passeatas por todo o país. No dia seguinte, uma frente parlamentar foi formada por representantes de vários partidos, com compromisso de intermediar a reabertura das negociações com a Petrobrás, em nome do Congresso Nacional.

Mesmo com o término da greve, a truculência do governo FHC continuou. Os

sindicatos e a FUP tiveram suas contas bloqueadas, o repasse das mensalidades dos sindicalizados foi retido e os bens penhorados. Cada sindicato recebeu multas de R\$ 2,1 milhões. Setenta e três trabalhadores foram demitidos, entre eles vários dirigentes sindicais. Mais de mil petroleiros foram punidos com suspensões de até 29 dias.

Com a greve nacional de 1995 caiu a máscara social democrática do sociólogo no primeiro grande enfrentamento dos trabalhadores contra o projeto neoliberal. Durante os anos seguintes, a categoria teve que enfrentar repressão e truculência. Neste período, seja nas mesas de negociação com a empresa ou através de ações judiciais e alianças com parlamentares, a FUP jamais abandonou a luta pela reintegração dos demitidos.

Mas foi preciso que os trabalhadores implementassem um novo projeto político no país para que a Lei de Anistia fosse aprovada, em 2003. De lá para cá, os trabalhadores anistiados foram reintegrados e essa dívida histórica deixada pelo governo FHC foi saldada.

Participação nos Lucros e Resultados

Empresa apresentará nova proposta de PLR dia 3 **FUP convoca o Conselho Consultivo**

A Federação recebeu nesta quarta-feira o documento RH-50.030/05, enviado pelo gerente executivo de Recursos Humanos Heitor Chagas, agendando reunião no dia 3 de maio, terça-feira, às 15h para apresentar uma nova proposta de PLR 2004. O ofício da Companhia é uma resposta ao documento da FUP que comunicou a rejeição da categoria, por unanimidade, da primeira proposta de PLR.

A unidade da categoria ao aprovar

o indicativo da Federação de rejeição da primeira proposta demonstrou a disposição dos petroleiros em lutar por uma PLR justa e igual para todos e fez com que a direção da empresa marcasse a nova reunião.

A Federação está convocando uma reunião do Conselho Consultivo na quarta-feira, dia 4, para avaliar com todos os 17 sindicatos a nova proposta que será apresentada pela Companhia e discutir os próximos passos da Campanha.

fique de olho

Reunião de trabalho com técnicos em Brasília discutirá Projeto de Lei do Petróleo

Nesta quinta-feira, dia 28, a FUP e seus assessores jurídicos e do Dieese estarão reunidos como deputado federal Luciano Zica e sua assessoria técnica para levantar os principais pontos para a formulação de uma nova legislação que resgate a soberania do setor petrolífero do país. O levantamento feito pelos assessores da Federação e do deputado servirá de subsídio para as discussões que serão realizadas nos seminários regionais e no seminário nacional sobre a proposta da nova Lei do Petróleo que deverá acontecer dois dias antes do XI CONFUP, em julho, na cidade de São Paulo.

No Brasil, mais de três mil trabalhadores morrem por ano

Neste 28 de abril, trabalhadores em todo o mundo celebram o Dia Internacional em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho. Dados da organização Internacional do Trabalho (OIT) revelam que entre 1,9 e 2,3 milhões de trabalhadores morrem por acidente em seus locais de trabalho a cada por ano em todo o mundo.

No Brasil, mais de três mil trabalhadores morrem em serviço todos os anos. O Ministério da Previdência Social mostra que entre 1997 e 2000 foram registrados no País mais de 1,5 milhão de acidentes e 77 mil doenças ocasionadas no exercício profissional. Como consequência destes acidentes 1,2 milhão de trabalhadores adquiriram incapacidade temporária e 60 mil, incapacidade permanente. Mais de 14 mil trabalhadores morreram.

Números inconcebíveis e que podem ser ainda maiores devido à subnotificação adotada por numerosas empresas que mascara os reais números de acidentes e de vítimas. Além de ocultar ocorrências há também a prática de “atenuar” os registros. A mais comum é transformar acidentes

sérios que exigem afastamento em acidentes “sem afastamento”. Para isso, as empresas adotam atitudes hediondas como mandar o trabalhador para um “trabalho compatível” impedindo de permanecer em casa para completa recuperação.

Todas essas práticas são bem conhecidas dos petroleiros e fazem parte do cotidiano da Petrobrás, de suas subsidiárias e de suas contratadas. Só em 2004, 14 companheiros petroleiros perderam suas vidas em acidentes na

Companhia. Desde janeiro deste ano, cinco petroleiros morreram em acidentes de trabalho.

Se for perigoso, recuse

Um bom exemplo de atitude segura que o trabalhador pode tomar é exercer o direito de recusa. Se o trabalhador perceber algum perigo na atividade que foi incumbido de exercer, ele tem o direito de recusar o serviço. Essa postura é garantida em nosso acordo coletivo de trabalho e deve ser tomada sempre que preciso. Denunciar acidentes ocultados e situações de risco à CIPA e ao sindicato é uma atitude que inibe as empresas inescrupulosas de maquiarem acidentes e as força a serem responsáveis com a segurança.

Fonte: Sindipetro Unificado de São Paulo e FUP

FUP participa de Grupo de Trabalho do Programa de AMS

Em reunião da Comissão de AMS da Petrobrás, no último dia 27, ficou acertado que a FUP participará do Grupo de Trabalho criado pela empresa para realizar um diagnóstico e analisar a atual situação do Programa de AMS. A Federação indicará dois representantes para o GT que entrará em sua fase principal com a contratação de uma empresa de consultoria que fará um levantamento detalhado de todo o sistema. Sobre a participação dos representantes dos trabalhadores na gestão da AMS, a empresa solicitou que a Federação detalhasse sua proposta de formação de um Comitê Gestor.

A FUP cobrou, ainda, uma solução para o alto nível de terceirização da administração da AMS. Os representantes da empresa concordaram que estas atividades devem ser primeirizadas, mas que o nível de primeirização deve ser discutido no Fórum de Terceirização. As principais deficiências detectadas pela Federação são a qualidade, a segurança e confiabilidade dos

processos e, principalmente, a fiscalização dos serviços.

Quanto aos custos do Programa, a empresa informou que 60% do custo total com a AMS é referente a pagamentos de contas hospitalares. Deste percentual, aproximadamente 60% são pagamentos de materiais e medicamentos. A Federação solicitou um levantamento completo desses custos entre os vários hospitais da rede credenciada.

A empresa informou que para a implantação do cartão eletrônico está aguardando apenas o término da licitação da empresa que fará a implementação do novo sistema. Após a licitação, a Petrobrás comunicará os prazos para implantação do cartão.

Devido aos problemas com a rede credenciada, a FUP solicitou um levantamento de toda a rede com o objetivo de comparar com o número de usuários para identificar as carências e deficiências da rede. Quanto ao atendimento da Petrobrás, foi reconhecido que deve haver uma descentralização dos serviços,

atualmente concentrados nas Unidades Compartilhadas.

A pedido da FUP, a Petrobrás lançará uma pesquisa periódica de satisfação e uma campanha de esclarecimento para melhor utilização do Programa de AMS pelos usuários. A Federação participará da elaboração da pesquisa e da campanha.

Pleitos

Sobre a reivindicação do custeio de medicamentos, a empresa informou que está sendo realizado um levantamento das doenças e de abrangência em relação ao número de usuários para definição do custo médio com medicamentos. O prazo para esta definição é o ACT 2005/2006. O custeio de próteses continua para o ‘grande risco’. As demandas pelo custeio de aparelhos auditivos estão sendo analisadas e as próteses dentárias continuam, para o grupo de ‘pequeno risco, sendo custeadas em 50%. Quanto aos implantes dentários e cirurgia de miopia, a empresa informou que não serão implantados em 2005, mas continuam em análise.